



ANAIS



# III CEPIAL

---

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

---

Semeando Novos Rumos

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil



ANAIS



# III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

## Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:  
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS  
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho 2012  
Curitiba - Brasil

ANAIS



**III CEPIAL**

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

**Eixo 4**

**“CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA”**

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil

## 4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

### MR4.1. Sociedade e Cultura de Fronteira

#### EMENTA

Esta mesa propõe-se a discutir fronteiras no Prata, contemplando diferentes temporalidades e espacialidades com enfoques voltados aos guaranis, às missões jesuíticas, aos migrantes dos séculos XIX e XX e às ideologias nacionalistas e de integração. Poderão ser trazidos ao debate estudos e reflexões que apontam para relações sociais transfronteiras, para vivências à margem das intencionalidades oficiais e de discursos hegemônicos. A composição da mesa proposta atentou para a inserção interinstitucional, para a interdisciplinaridade e vínculos com programas de pós-graduação que trabalham com fronteiras.

Coordenador: Valdir Gregory – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - BRASIL)  
Carmen Curbelo: Universidad de la Republica Uruguay - (UDELAR - URUGUAY)  
Ernelo Schallenger – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – BRASIL)  
Jones Dari Goeter: Universidade Federal da Grande Dourados - (UFGD - BRASIL)  
Ricardo Carlos Abinzano: Universidad Autónoma de Misiones – (ARGENTINA)

#### RESUMOS APROVADOS

**PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LATINO-AMERICANO: O TRADICIONALISMO E A IDENTIDADE GAÚCHA (autor(es/as): Ana Carolina Rios Gomes)**

**O RAP ENTRE FRONTEIRAS: PRÁTICAS ESTÉTICO-MUSICAIS LATINO AMERICANAS (autor(es/as): Angela Maria de Souza)**  
**REMANESCENTES DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DE NOSSA SENHORA LORETO E SANTO INÁCIO MINI NA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ-1608-1639 (autor(es/as): BERENICE SCHELBAUER DO PRADO)**

**O CIRCUITO ROCKEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA (autor(es/as): Franciele Cristina Neves)**

**A SOCIEDADE DE CONSUMO: ANÁLISES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI (autor(es/as): Luana Caroline Künast Polon)**

**Cortando a cerca: uma escola do campo frente a multiculturalidade contemporânea (autor(es/as): Lydia Maria Assis Brasil Valentini)**

**Movimento Hip-Hop como manifestação cultural: Uma análise do léxico de letras de rap em Foz do Iguaçu. (autor(es/as): RONALDO SILVA)**

**INTEGRALIZAÇÃO LATINOAMERICANA: AFIRMAÇÃO CULTURAL OU JOGADA IMPERALISTA? (autor(es/as): Victor Alves Pereira)**

**Sankofá- Abaeté: Construindo diretrizes, resgatando nossas raízes (autor(es/as): Vilisa Rudenco Gomes)**

**SAÚDE SEM FRONTEIRAS - REDE BINACIONAL DE SAÚDE NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): Daniela da Rosa Curcio et alii.)**

### MR4.2. Apropriação, Usos do Território e Práticas Sociais Diferenciadas

#### EMENTA

Os trabalhos da presente mesa circunscrevem-se às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelos participantes, que têm como referência diferentes sujeitos (quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais dentre outros) e práticas sociais, em distintos contextos. Os trabalhos explicitam diversos aspectos da problemática relativa à organização, apropriação e uso do território. O fio condutor das reflexões está referido às diferentes formas e estratégias utilizadas por esses sujeitos face às definições e redefinições recentes do território.

Coordenador: Joaquim Shiraishi Neto: Universidade estadual do Amazonas - (UEA - BRASIL)

Luis Fernando Cardoso e Cardoso: Universidade Federal do Pará - (UFPA - BRASIL)

Rosirene Martins Lima: Universidade estadual do Maranhão - (UEMA - BRASIL)

Ana Paulina Aguiar Soares: Universidade estadual do Amazonas – (UEA - BRASIL)

**MEMÓRIAS DA GUERRA DO CONTESTADO- A CULTURA POPULAR ATRAVÉS DA RELIGIOSIDADE NO MONGE JOÃO MARIA DE JESUS EM MARILÂNDIADO SUL. (autor(es/as): Bruno Augusto Florentino)**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA INTERFACE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP (autor(es/as): CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS)**

**REFLEXÕES ENTRE A MANUTENÇÃO DAS IDENTIFICAÇÕES RURAIS E A INFLUÊNCIA DAS MODERNIDADES NA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI - PONTA GROSSA (PR) (autor(es/as): FABELIS MANFRON PRETTO)**

**ÍNDIOS, TAPUIOS E “CABOCOS”. CULTURAS E IDENTIDADES MARGINAIS NA MANAUS DE ONTEM E HOJE. (autor(es/as): PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR)**

**TOPOFILIA & TOPOFOBIA – TOPOCIDIO & TOPO-REABILITAÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA EXPRESSA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE DIAMANTINA-MG (autor(es/as): RAHYAN DE CARVALHO ALVES)**

**ARELAÇÃO SER HUMANO/NATUREZA – REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO. (autor(es/as): ROSANA BARROSO MIRANDA).**

### MR4.3. Territórios, Memórias e Identidades latino-americanas

As ciências humanas e em especial as sociais desenvolveram no século XX teorias e metodologias para compreender e explicar como se elaboraram concepções de territórios, memórias e identidades, sobretudo na produção intelectual latino-americana. Atualmente, os estudos de caráter socioambiental contribuem sobremaneira com esses avanços, especialmente se forem considerados os aportes da antropologia, da geografia cultural, da história, da psicologia social e da sociologia. Além de localizar esses avanços, é fundamental trazer para o debate os resultados das pesquisas realizadas com esses múltiplos enfoques entre as dimensões da natureza e da sociedade

Coordenação: Salete Kozel – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Maria Geralda de Almeida: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade de Goiás - (IESA/UFG – BRASIL)

Álvaro Luiz Heidrich: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (UFRGS – BRASIL)

Sandra Valeska Fernandez Castillo: Universidad de Concepción - (CHILE)

Alicia M. Lindon Villoria: Universidad Autónoma Metropolitana - (UAM – MÉXICO)

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

## 4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

“OUTROS” IMAGINADOS: AS REPRESENTAÇÕES DOS CIDADÃOS LATINO-AMERICANOS SOBRE AS CIDADES PRÓXIMAS E DISTANTES (autor(es/as): **Carla Beatriz Santos Menegaz**)

100 Anos de História: Alguns Elementos Formadores da Identidade Cultural do Território do Contestado (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

Guimarães Rosa no labirinto chamado América Latina (autor(es/as): **iolanda cristina dos santos**)

Los lugares de Memoria como lugares de Aprendizaje, tres estudios de caso: Santiago de Chile y Medellín-Colombia” (autor(es/as): **Karen Andrea Vásquez Puerta**)

A FESTA KALUNGA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA: IDENTIDADE TERRITORIAL E REAPROXIMAÇÃO ÉTNICA ( autor(es/as): **Luana Nunes Martins de Lima**)

REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E SIMBÓLICAS: AS IDENTIDADES DAS FESTAS DO BOI-A-SERRA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO (autor(es/as): **Maisa França Teixeira**)

A construção do Patrimônio Cultural a partir do imaginário da população de Marechal Cândido Rondon - PR: um estudo sobre o lugar de memória Casa Gasa (autor(es/as): **Paulo Henrique Heitor Polon**)

A INFLUÊNCIA DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO (autor(es/as): **Saulo Ribeiro dos Santos**)

IDENTIDADE E FÉ NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE (autor(es/as): **Solimar Guindo Messi as Bonjardim**)

### MR4.4. Espaço, gênero e sexualidades na América Latina

#### EMENTA

A mesa redonda tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as relações de gênero que envolvem o processo de organização social, econômica e cultural dos territórios da América Latina, evidenciando as hierarquias e desigualdades baseadas nos papéis sociais insituídos para homens e mulheres.

Coordenadora: Joseli Maria Silva - Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG - BRASIL)

Marlene Tamanini: Universidade Federal do Paraná – (UFPR - BRASIL)

Diana Lan: Universidad Nacional del Centro – (UNC - ARGENTINA)

Maria das Graças Silva Nascimento Silva: Universidade Federal de Rondônia – (UFR – BRASIL)

#### RESUMOS APROVADOS

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E A CULTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS (autor(es/as): **ALEXANDRA PINGRET**)

PELOTÓN MARIANA GRAJALES: O OLHAR DA REVISTA MUJERES NO ANO DE 1971 (autor(es/as): **Andréa Mazurok Schactae**)

NA ARGENTINA TANGOS, NO BRASIL TRAGÉDIAS! LÁ MATRIMONIO IGUALITÁRIO, AQUI UNIÃO CIVIL (autor(es/as): **CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES**)

ECONOMIA SOLIDÁRIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E COLETADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL: LIMITES E AVANÇOS (autor(es/as): **Edinara Terezinha de Andrade**)

As mulheres do tráfico e a violência de gênero (autor(es/as): **Fernanda Pereira Luz**)

ARTICULAÇÕES EM REDE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DE CDDLA E “CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR” NO BRASIL (autor(es/as): **Francine Magalhães Brites**)

OS SUJEITOS NA MARGEM DA CULTURA - CONFLITOS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS LATINO AMERICANOS (autor(es/as): **Gustavo Luiz Ferreira Santos**)

Habilidades Sociais e Sexualidade: A construção Identitária na Adolescência (autor(es/as): **Priscilla de Castro Campos Leitner**)

AS UNIÕES HOMOAFETIVAS CONFORME O BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE E UMA PROTEÇÃO NORMATIVA GLOBAL: GARANTINDO DIREITOS HUMANOS (autor(es/as): **Rafael da Silva Santiago**)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE LGBT NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS APLICABILIDADES NO CONTEXTO DA EJA E PROEJA (autor(es/as): **Reinaldo Kovalski de Araujo**)

O MEDO NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO DA PERIFERIA DE DIFERENTES ÁREAS URBANAS DE PONTA GROSSA, PR (autor(es/as): **RENATO PEREIRA**)

### MR4.5. Sociedades Tradicionais: imagens, tempo, espaço e saberes sobre a natureza

#### EMENTA

Em sua interação com a natureza, com distintas conformações, as chamadas “sociedades tradicionais” ou as sociedades originárias, constroem, historicamente, em seu universo mental, imaginário e práticas ecoprodutivas, uma cultura própria que envolve o conhecimento e respeito aos ciclos e movimentos naturais, atribuindo significado à sua vida material e imaterial – aos espaços ou territórios de que fazem parte. Isso envolve ritmos de tempo diferenciados dos ritmos caracteristicamente produtivistas que regem as sociedades urbano-industriais, os quais se pautam, fundamentalmente, numa temporalidade cronometrada e aritmetizada – no tempo da fábrica. Contrapor essas diferentes culturas, em sua lógica própria, focalizando, particularmente, as imagens, ritmos temporais, territorialidades e saberes patrimoniais das “sociedades tradicionais” e/ou originárias, significa pensarmos numa política de futuro na qual se inscreva o grande legado que tais sociedades detêm no trato com a natureza, com base em sua cosmovisão, práticas e expressões culturais próprias, para a construção de novas formas societárias, numa síntese histórica, de futuros inéditos.

Coordenadora: Lúcia Helena de Oliveira Cunha: Universidade Federal do Paraná (UFPR – BRASIL)

Carlos Galano: Universidad Nacional de Rosario - (UNR- ARGENTINA)

Carlos Walter Porto Gonçalves: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - (UERJ- BRASIL)

Liliana Porto: Universidade Federal do Paraná - (UFPR-BRASIL)

Arturo Argueta: Universidad Nacional Autónoma de México - (UNAM-MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

## RESUMOS APROVADOS

### MULTICULTURALISMO, TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CAMPOS DE COEXISTÊNCIA E VIVENCIALIDADE? (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

Seringueiros do Acre - Imaginário e Paisagem Cultural (autor(es/as): Janaína Mourão Freire).

AS PAISAGENS CULTURAIS DO/NO ESPAÇO FESTIVO DA COMUNIDADE ENGENHO II EM CAVALCANTE – GOIÁS: UM OLHAR À LUZ DA GEOGRAFIA CULTURAL (autor(es/as): **JORGEANNY DE FATIMA RODRIGUES MOREIRA**)  
RECONHECIMENTO DAS ICCAS (ÁREAS CONSERVADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E LOCAIS) NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DISCUSSÕES ATUAIS. (autor(es/as): **Luciene Cristina Risso**)

### MR4.6. História e Literatura na América Latina

#### EMENTA

Na produção historiográfica recente, a literatura vem surgindo como uma fonte que oferece importantes recursos de análise da sociedade. Incorporada solidamente no conjunto de inovações de fontes, métodos e problemáticas que há algumas décadas transformaram a experiência da pesquisa histórica, a literatura está presente hoje numa pluralidade de estudos que pretendem compreender o intrincado universo das experiências mais subjetivas de homens e mulheres. Na América Latina a literatura tem ocupado importante papel no movimento da sociedade. Seja ela abordada desde o ponto de vista da materialidade do livro, da localização social do escritor, de suas “redes de interlocução”, bem como numa análise dos significados do texto, das representações da realidade que ele traz. Pensar a América Latina desde o ponto de vista dessa relação é a reflexão central que norteia o debate aqui proposto

Coordenadora: Ana Amélia de Moura C. de Melo: Universidade Federal do Ceará (UFC - BRASIL)

Tracy Devine Guzman: Duke University of Miami – (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA)

Soledad Falabella Luco: Universidad Diego Portales – (UDP - CHILE)

Adelaide Maria Gonçalves Pereira: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

Ivone Cordeiro Barbosa: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

## RESUMOS APROVADOS

Cartas de Nova York - José Martí Correspondente (autor(es/as): **Amanda Leite de Sampaio**)

O TURISTA APRENDIZ, DE MÁRIO DE ANDRADE VERSUS EL ZORRO DE ARRIBA Y EL ZORRO DE ABAJO, DE JOSÉ MARIA ARGUEDAS – UMA APROXIMAÇÃO LITERÁRIA E SOCIOLÓGICA NO PANORAMA LATINO AMERICANO (autor(es/as): **CRISTIANO MELLO DE OLIVEIRA**)

O espaço da ficção na identidade em invenção e memória, de Lygia Fagundes Telles (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Jorge Luis Borges e o Populismo Argentino (1946-1955) (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Bahia 1860: o Brasil de Maximiliano (autor(es/as): **Flávia Silvestre Oliveira**)

OS INTELLECTUAIS E A NOVA ATENAS: Um estudo das representações nas obras dos literatos maranhenses no início da Primeira República (autor(es/as): **PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS**)

### MR4.7. - Interculturalidade, Identidades e Arte Latinoamericana.

#### EMENTA

A mesa propõe-se a discutir as questões anunciadas, do ponto de vista da crítica de arte e dos artistas, aqui representados por Hector Guido (teatro) e Pavel Egúez (artes plásticas). A partir do enfoque das políticas de subjetivação e suas interfaces (Suely Rolnik) e da interculturalidade que se acentua na resistência da arte em tempos globais, observada, sobretudo, nas zonas transitórias (Ticio Escobar), quer desencadear o debate sobre os recursos críticos e expressivos que se manifestam na arte atual da nossa América, frente ao “esteticismo brando” regido pelos mercados globais, que desvia o capital simbólico e gera territórios homogeneizados

Coordenadora: Mariza Bertoli – Universidade de São Paulo – (USP – BRASIL)

Maria José Justino: Escola de Música e Belas Artes do Paraná - (EMBAP-PR - BRASIL)

Ticio Escobar: Ministro da Cultura do Paraguai - (PARAGUAY)

Hector Guido: Diretor de Cultura de Montevideú - (URUGUAI)

Gustavo Pavel Egúez: Artista Plástico - (EQUADOR)

## RESUMOS APROVADOS

Entre balas e belas - Comunicação e Moda nas favelas cariocas (autor(es/as): **Alexandra Santo Anastacio**)

PAISAGENS CULTURAIS E FRONTEIRAS (autor(es/as): **Beatriz Helena Furlanetto**)

INDÍGENAS: ENTRE REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS (autor(es/as): **Eder Augusto Gurski**)

DE LA CULTURA ORAL A LA DIGITAL: SABERES, MEMORIAS Y NARRATIVAS EN LA TRANSCULTURA. PERSPECTIVAS DESDE LA UNIVERSIDAD INDÍGENA DE VENEZUELA (autor(es/as): **Fabiana Anciutti Orreda**)

O ATOR E O GRUPO: DISCURSOS SOBRE O TEATRO FEITO NA UNIVERSIDADE (autor(es/as): **JEAN CARLOS GONÇALVES**)

FESTAS POPULARES E SUAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS: LUGAR DE PROMOÇÃO DO PERTENCIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS SUBALTERNAS. (autor(es/as): **Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011) (autor(es/as): **marcello de souza Freitas**)

SUSTENTABILIDADE CULTURAL: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE PEQUENOS ACERVOS - RELATO DE EXPERIÊNCIA

(autor(es/as): **Rafael Schultz Myczkowski**)

FALA JUVENTUDE! UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, CULTURA E LAZER (autor(es/as): Sandra Rangel de Souza)

O Autorretrato Ampliado (autor(es/as): **Terezinha Pacheco dos Santos Lima**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil



## ARTICULAÇÕES EM REDE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DE CDDLA E “CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR” NO BRASIL

Francine Magalhães Brites<sup>1</sup>

### RESUMO

Esta proposta de comunicação busca contribuir com as reflexões efetuadas sobre a sexualidade, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil e na América Latina, para a composição da pesquisa de uma dissertação de mestrado que trata das relações entre a oficialidade católica e o aborto no Brasil, pelo viés das relações de poder e de gênero, através de grupos que compõe o discurso de contestação a argumentação católica acerca da temática da interrupção voluntária da gestação, ou aborto seguro. São grupos contrários à norma vigente no seio da oficialidade católica, que busca redefinir valores religiosos relacionados ao gênero e ao direito ao corpo feminino, possibilitando a percepção de que é possível haver *posturas religiosas não institucionais* propensas às discussões em torno do tema, e, portanto, podem ser chamadas de vozes dissonantes. Este artigo apresentará a Red Latino Americana por El Derecho de Decidir/ RLACDD e suas conexões e diálogos entre os grupos de “Católicas pelo Direito de Decidir” no Brasil e em demais países latino-americanos através da metodologia da História Oral, com depoimentos orais e entrevistas, como também através de publicações dos grupos e em possíveis articulações com as análises teóricas de pensadores como Foucault e Bourdieu. Este texto está organizado em dois momentos: o primeiro, de apresentação da temática e seus objetivos de forma introdutório e o segundo, teórico. Entre os objetivos desta reflexão estão inseridos a apresentação de ambas as organizações, a identificação das relações de circularidade entre a organização brasileira CDD e a Rede CDDLA, bem como apresentar as especificidades brasileiras que compõe a CDD-Br a partir do processo de formação intelectual dentro de uma ética- teológica feminista e buscar empreender uma reflexão sobre as discussões recentes em torno do aborto e dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e na América Latina, no período de 1993 a 2010.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de Gênero - Biopolítica e biopoder - Direitos sexuais e reprodutivos – Catolicismo.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Cultural pela Universidade do Federal de Santa Catarina - UFSC e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH. Áreas de interesse: relações de poder e de gênero, catolicismo, direitos humanos, História Cultural e História do Tempo Presente. Email para contato: [mbfran@gmail.com](mailto:mbfran@gmail.com).



## **Apresentado o objeto, traçando um panorama latino-americano: quem são as redes CDD e o que são direitos sexuais e reprodutivos das mulheres**

O discurso da oficialidade católica acerca da sexualidade tem sido publicizado pela grande mídia de forma a apresentar as informações sobre os postulados e princípios cristãos em torno da questão do aborto provocado/inseguro, principalmente no que diz respeito ao *direito à vida*. É preciso ressaltar que a demanda pelo direito a interrupção voluntária da gravidez (IGV) ou mais comumente ao aborto não é mais um discurso protagonizado apenas pelo movimento de mulheres.

Isso significa dizer que, o direito ao aborto entra no âmbito dos direitos reprodutivos que tem sido discutido em várias conferências internacionais<sup>2</sup>, e que, inclusive dentro da própria Igreja, tem sido discutido e construído por diversos atores sociais que operam em diferentes campos. As discussões causam cada vez mais polêmica na sociedade civil e (re)afirmam a doutrina católica, que se mantém avessa às mudanças nas relações sociais e conceituais entre as mulheres e seu próprio corpo, entre as mulheres e as relações familiares e de gênero.

Ainda segundo a oficialidade da Igreja Católica, a interrupção voluntária da gestação caracteriza não só um atentado contra os dogmas religiosos, como também um crime contra preceitos morais da sociedade civil, para além da esfera penal. Apesar do crescimento significativo de diversos segmentos religiosos, a Igreja Católica permanece mantendo-se como religião “oficial e hegemônica” no Brasil. No Brasil, e em diversos países da América Latina e da Europa, onde a Igreja Católica tem forte expressão, esse debate suscita além da discussão em si, pontos de divergência e oposição que tratam não só de uma questão política e/ou religiosa e seus limites, mas basicamente pautada nas relações de poder e de gênero. Isso porque, as questões que envolvem a temática do aborto suscitam discursos e práticas que incidem sobre o corpo das mulheres, expressam, portanto, relações de poder e hierarquias de gênero que se reafirmam a partir dessa discussão, tanto na esfera religiosa quanto na esfera da medicina, das políticas demográficas, etc. Particularmente no Brasil, que pode ser considerado um dos países

---

<sup>2</sup> Conferências Internacionais para População e Desenvolvimento: Roma (1954), Belgrado (1965), Bucareste (1974), México (1984), Cairo (1994) e Pequim (1995). Estas duas últimas tiveram como desdobramentos: O Direito ao aborto na Assembléia Geral Extraordinária da Onu -- Cairo + 5 (Nova York/1999), O Direito ao aborto na Assembléia Geral Extraordinária da Onu – Pequim + 5 Mulher 2000 e pela Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século 21 (Nova York/2000). Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EA/Dossi%EA%20Aborto%20Inseguro.pdf> – p.28 – 33. Acesso em 30 Mai. 2012.



mais católicos do mundo, a onde a discussão em torno da legalização do aborto no Brasil vem sendo cada vez mais constante e crescente, devido não só a pressão dos

movimentos sociais, de mulheres, de políticas públicas para a saúde, organizações não governamentais, mas também de setores da sociedade civil ligados aos direitos individuais, aos parlamentares, dentre vários outros.

Podemos entender que desde meados da década de 1960, o movimento feminista vem se articulando social e politicamente, não só no Brasil, mas na América Latina como um todo. Hoje o feminismo, ou os feminismos é uma corrente política com diversas tendências (MORAIS,1985) onde percebe-se uma pluralidade de pensamento, teorias, propostas e ações que corroboram ativamente para as mudanças que efetivaram as mulheres a repensarem seus papéis de gênero, condições, identidades, sua diversidade, evidentes nas lutas de reivindicação de direitos civis, trabalhistas e políticos. Contudo, a questão da sexualidade permaneceu às margens dos debates até a década de 1980, onde ocorre uma mudança nas perspectivas e nos olhares acerca de temática, que, antes marginal, hoje se configura como um tema central de discussão acadêmica e científica na mais variadas esferas do conhecimento, bem como na perspectivas da relações históricas e sociais, e permanece sendo de suma importância para os movimentos de mulheres e de feministas, e dos movimentos pelos direitos humanos.

Uma das questões que parte desses movimentos no período é buscar refletir e buscar compreender porque os debates em torno dessas questões “invade” o campo político. Assim, embora o Estado brasileiro não tenha uma religião oficial, por ter passado por um processo de secularização, ou seja, tornou-se um Estado Laico, a presença da religião atravessa o discurso político. Nesse sentido, quando o Ministério da Saúde coloca em discussão, e faz com que a questão da legalização do aborto entre em pauta como política de saúde pública, ligada ao planejamento familiar, como parte dos direitos sexuais e reprodutivos instaura-se um acirrado enfrentamento político. Quando se trata da questão das práticas contraceptivas e do aborto, a Igreja Católica e as religiões cristãs em geral, iniciam a fundamentação de seu discurso através do início do desenvolvimento embrionário como começo da vida humana como forma de legitimar sua fala, torná-la embasada, plausível e aceitável perante os fiéis e a sociedade civil.

Para uma visão inicial do panorama latino americano e pensar sobre o cenário o qual a Rede CDDLA faz parte, é interessante observar os dados da tabela abaixo:

TABELA . Legislação sobre o aborto em países da América Latina e Caribe (situação em que o aborto não é considerado um crime).

Fonte: Organização Mundial da Saúde.

País	Opção da Mulher	Razões Sócio-Econômicas.	Saúde da Mulher ou Anomalia Fetal	Decorrente de Estupro ou Incesto	Risco de Morte para a Mulher	Nenhuma situação
Argentina			X(1)	X		
Barbados	X	X	X	X	X	
Bolívia			X(2)	X	X	
Brasil				X	X	
Chile						X
Colômbia						X
Costa Rica			X(2)		X	
Cuba	X	X	X	X	X	
El Salvador						X
Equador			X(2)	X(1)	X	
Guiana	X(3)	X	X	X	X	
Haiti					X	
Honduras						X
Jamaica			X(4)		X	
México		X(5)	X(5)	X	X	
Nicarágua					X	
Panamá			X	X		
Paraguai					X	
Peru			X(2)		X	
Porto Rico	X	X	X	X	X	
República Dominicana						X
Suriname					X	
Trinidad Tobago		X				
Uruguai		X	X	X(6)		
Venezuela					X	



Os dados apresentados pela tabela acima apontam para as problemáticas relacionadas não só a prática do aborto, mas contribuem para pensarmos também acerca das questões da sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos, e muito mais se deslocarmos nosso olhar para as conjunturas sociais e históricas que envolvem os direitos das mulheres latino americanas e em uma perspectiva mais ampla, as relações de poder e hierarquias de gênero que permeiam esse cenário. Ao apresentar Católicas pelo Direito de Decidir – Brasil e a Red Latino Americana de Católicas por El Derecho de Decidir, estamos buscando aprofundar essas questões e suscitar o debate acerca dessas temáticas. Este texto pretende apresentar as redes de diálogo, debates, e de composição transnacional da Red Latino Americana de Católicas por el Derecho a Decidir (CDDLA) e o grupo “Católicas pelo Direito de Decidir” do Brasil (CDD-Br). A rede CDDLA surgiu a partir da articulação desses grupos, em 1996, e se configura pela atuação de diversos grupos latino- americanos de caráter feminista, constituídos por diversas organizações não governamentais que possuem bandeiras de luta em comum, que pode ser resumida em linhas gerais, principalmente na luta pela autonomia feminina e valorização da mulher em nos mais variados aspectos da vida social a partir de uma perspectiva das relações de gênero. Busca a promoção da cidadania e dos direitos humanos (sexuais e reprodutivos) das mulheres, assim como luta pela igualdade nas relações de gênero, tanto na sociedade como no interior da Igreja Católica e de outras religiões, além de divulgar o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas (NUNES, JURKEWICZ, p.51- 58).

Devido às especificidades de cada realidade nacional, os grupos que compõem a rede CDDLA possuem pontos de luta e debate diferenciados, adequados a cada país em que estão localizadas e ao panorama latino-americano, mas seguem diretrizes globais comuns aos organismos internacionais de saúde e direitos humanos, com enfoque nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e dos homens. Atualmente a rede CDDLA conta com instituições organizadas e articuladas em boa parte dos países da América Latina, contando com sedes em Córdoba, na Argentina, em São Paulo, no Brasil, em La Paz, Bolívia, em Valparaíso, Chile, em Bogotá, Colômbia, em San Salvador, El Salvador, em Managua, Nicarágua, em Coyoacán, México e em Assunção, Paraguay, além de sedes também no Peru, Guatemala, Costa Rica e Panamá.

Essas diretrizes são construídas através de pesquisas e coletas de dados da realidade mundial no que diz respeito às temáticas que envolvem a sexualidade, o planejamento familiar, a violência de gênero, etc. No entanto, um ponto fundamental que



demonstra as singularidades desses movimentos latino americanos organizados é o fato de ser colocado em pauta o debate entre a religião católica, a sexualidade e as mulheres, e as dimensões e importância dessas demandas como fatores configuram a abrangência da religião vida social e na formulação de políticas públicas.

A questão do aborto permanece sendo um atributo de reivindicação entre esse conjunto de organizações e das redes feministas. Grande parte dos valores atribuídos à concepção associados a noção de “vida” estão estreitamente ligados a opção religiosa. Neste campo, as religiões cristãs exercem grande influência, principalmente a Igreja Católica, que auferiu para si a regulação da moralidade, através do monopólio da ética, na medida em que impõem seus valores religiosos como dogmas que não são apenas católicos, mas se configuram também como dogmas sociais. Como foi exposto anteriormente, os preceitos cristãos definem a “vida” pela existência de uma alma, e como tal, toda manifestação de vida é inviolável; no entanto, as argumentações católicas se voltam para a preservação da vida humana (NUNES, 1997, p.420).

Além destas reflexões, é fundamental que seja feito o exercício de perceber quais processos de visibilidade possibilitaram a emergência destes movimentos latino-americanos, em especial o caso brasileiro, em determinado momento histórico. A intenção é problematizar essa questão perceber o processo histórico no qual ele está inserido

A organização “Católicas pelo Direito de Decidir” surgiu no Brasil em 1993 e constitui-se juridicamente em 1994, com o intuito constituir um espaço de luta e reivindicação pela liberdade de expressão religiosa e pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Os conceitos de direitos sexuais e reprodutivos foram instituídos inicialmente a partir das conferências internacionais para desenvolvimento da população, que ocorreram a partir de meados da década de 90 e acarretaram em uma série de planos e prospectivos acerca da esfera da saúde das mulheres<sup>3</sup>.

A instituição promove a luta pelos direitos das mulheres, especialmente os sexuais e reprodutivos, pela igualdade nas relações de gênero e pela cidadania das mulheres, tanto na sociedade quanto no interior da Igreja Católica e de outras igrejas e religiões, *“além de divulgar o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar*

---

<sup>3</sup> As conferências anteriores ao Cairo em 1994 foram respectivamente: Roma (1954), Belgrado (1965), Bucareste (1974) e México (1984). Ocorreram como desdobramentos das conferências do Cairo e de Pequim, os seguintes eventos relacionados ao aborto: O Direito ao aborto na Assembleia Geral Extraordinária da Onu -- Cairo + 5 (Nova York/1999), O Direito ao aborto na Assembleia Geral Extraordinária da Onu – Pequim + 5 Mulher 2000 e pela Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século 21 (Nova York/2000). Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EAs/Dossi%EA%20Aborto%20Inseguro.pdf>–p.28-33. Acesso em 20 Mai. 2012.



*decisões sobre todos os campos de suas vidas*<sup>4</sup>. Partindo da década de 1960, o movimento feminista vem se articulando social e politicamente no Brasil e na América Latina. Hoje o feminismo deve ser tomado de forma plural, pois é uma corrente política com diversas tendências (MORAIS, 1985, p.20) onde se percebem as mudanças que efetivaram as mulheres a repensarem seus papéis, condições, identidades, sua diversidade, reivindicando seus direitos civis e políticos.

A organização CDD-Br está inserida em uma rede mais ampla, que transpassa as fronteiras nacionais e continentais, com grupos situados nos Estados Unidos (*Catholics For Free Choice!*) e na Espanha (Católicas por El Derecho de Decidir), para além dos países latino-americanos. Na fala de suas coordenadoras e fundadora, CDD – Br surgiu como uma necessidade que pode ser incorporada a todos os países da América Latina, ou seja, surge como uma necessidade dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos feministas e de mulheres perante as dificuldades e impasses que eram percebíveis quando se tratava das temáticas relacionadas à esfera da sexualidade. Em um aspecto histórico, se pode apontar essa necessidade como algo relacionado às construções culturais bastante arraigadas na América Latina impregnada de elementos religiosos, especialmente católicos. Como um pano de fundo inicial, a necessidade e o impasse que ocasionou uma cisão inicial entre os elementos da oficialidade católica e os movimentos que impulsionaram a criação dos grupos CDD ocorreram no sentido de que não seria possível poderia abordar com as mulheres a problemática da sexualidade, a problemática da reprodução, sem desvendar esse elemento religioso, que tinha construído o corpo, especialmente o corpo das mulheres.

Uma segunda realidade que tem haver mais com o posicionamento político dos movimentos feministas e de mulheres. Com relação à instituição “Católicas Por El Derecho de Decidir” têm-se mostrado nesse embate, sobretudo com relação as discussões sobre o aborto, tendo em vista que essa construção cultural da sexualidade latino americana passa também pela construção de discursos, que por sua vez constroem corpos e sujeitos. Havia muitas feministas insatisfeitas com os rumos das discussões acerca da sexualidade e essa insatisfação levou a inquietação de um possível silenciamento por parte de outras esferas de poder. E a partir dessas duas realidades, da questão do debate do discurso, surge a necessidade também de conhecer a argumentação de dentro da Igreja Católica e, por outro lado, como o corpo, como o discurso construiu corpos e mentalidades. Com esses elementos catalisadores o movimento feminista no Brasil e em diversos países da América Latina surge com

---

4 Fragmento retirado de [www.catolicasonline.org.br](http://www.catolicasonline.org.br) – Quem somos – CDD. Acesso em 20 Mai. 2012.



proposta de CDD. Mulheres feministas que de dentro dessa argumentação religiosa nos ajudem e contribuam de fato para trabalhar essas questões com as mulheres.

Logo, CDD surge como uma contribuição tanto para as teorias feministas quando no aspecto da militância, que nasceu no seio do movimento feminista e de mulheres para suscitar as discussões a respeito da sexualidade e dos direitos das mulheres, para além da sua contribuição na área das Ciências da Religião, com as propostas elaboradas pela corrente teórica que compunha a Teologia Feminista, como uma proposta alternativa para os sujeitos que pensam a religião de uma forma diferenciada da maneira como a oficialidade católica propõe. Ou seja, a constituição dos grupos CDD pela América Latina e especialmente no Brasil ocorreu de forma conjunta e articulada. Tal necessidade não contempla somente as mulheres feministas, mas principalmente católicas, pelo fato de pensar o corpo feminino como construído por um discurso que não se propõe a pensar a sexualidade, suas experimentações acerca da vida reprodutiva, etc.

Essa voz dissonante que surge em meio à oficialidade católica permite pensar aproximações e diálogos principalmente no que diz respeito ao compromisso com as lutas por justiça social nas décadas de 1970 e 1980. Em países latinos americanos que passaram por processos de implantação de ditaduras civil-militares nesse período, como o Brasil, a Argentina e o Chile, a Igreja Católica exerceu um papel de resistência e de lutas contra as violações de direitos humanos fundamentais. O afastamento se dá especificamente no campo da sexualidade na medida em que CDDLA percebe a construção do corpo deliberativo e do corpo argumentativo religioso como antidemocrático por não contemplar o imenso grupo de fiéis composto pelas mulheres, negando direitos fundamentais como planejamento familiar a elas. Esse corpo argumentativo não se dá somente no nível das relações institucionais. O campo da mentalidade e do imaginário coletivo, e em muitos campos, até da economia ou da medicina, estão impregnados de elementos religiosos católicos também.

O foco principal de CDD-BR e da Rede CDDLA é procurar dentro desses discursos, tanto teológicos quanto eclesiológicos, documentos eclesiais, etc., argumentações que dêem respaldo as mulheres para tomar qualquer tipo de decisão ética. Esse é um elemento fundamental de Católicas pelo Direito de Decidir. E o outro elemento fundamental como base principal dentro da argumentação de base teológica também é a Teologia Feminista, que possui uma matriz comum dentro da corrente da Teologia da Libertação, mas que se afasta justamente pela omissão das questões da ética e da moral sexual. A partir dessa perspectiva de uma teologia elaborada por



mulheres busca-se como referencial as experiências de fé das mulheres em todos os sentidos e surge como uma crítica à forma teológica tradicional.

A Rede CDDLA começou a ser pensada a partir da composição desses grupos e com a iniciativa da médica e militante feminista Cristina Grela<sup>5</sup> com o apoio de *Catholics for free Choice*<sup>6</sup>, dos Estados Unidos, na década de 1980. Se tratava também de questionamentos de determinados grupos a implementação da Rede CDDLA nos diferentes países e suas especificidades, se havia uma bandeira de luta comum, aspectos ou itens da agenda que haveriam de ser comuns. A bandeira de luta comum entre os organismos que compõe a Rede CDDLA é o diálogo entre o campo religioso e o campo da sexualidade, os direitos das mulheres no âmbito da sexualidade, ou seja, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, mas que as ações são independentes e de acordo com as conjunturas de cada local. A Rede CDDLA surgiu também como uma necessidade prática, como uma estratégia de fortalecimento das ações.

A Rede CDDLA é instituída formalmente em 1996, após uma convenção de diversos grupos de CDD latino americanos que ocorreu em Caxambu, Minas Gerais, onde foi construída em conjunto uma Carta de Princípios Coletiva. Inicialmente a Rede CDDLA funcionou com o formato de coordenação ampliada, com representantes de alguns países, e adaptou-se para o formato de coordenação colegiada de acordo com as demandas de acompanhamentos dos países que a compunham, bem como a manutenção da Revista Consciência Latino Americana, e as presenças em eventos internacionais. Há um sistema de revezamento, onde cada equipe trabalha por um período de dois anos com direito a uma reeleição, com o critério de ter na composição sempre pessoas que fazem parte da equipe de coordenação de CDD em algum dos países, que devem enviar representantes para estarem presentes nas convenções anuais. Cabe ressaltar que os grupos de ação em cada país surgiram e agem de formas independentes, ou seja, a organização funcional não é igual em todos os países. A Rede CDDLA se configura e foi construída com o intuito de facilitar o intercâmbio de informações e ações entre os países, fazer a interlocução com os grupos CDD na América Latina e estabelecer um diálogo entre elas.

---

<sup>5</sup> Cristina Grela é médica, de nacionalidade uruguaia, feminista e sexóloga com formação em Psiquiatria e Ginecologia. É ativista pelos direitos da mulher, em especial os direitos sexuais e reprodutivos e o direito ao aborto seguro. É uma das fundadoras da Rede Latino Americana de Católicas pelo Direito de Decidir/RLACDD. Fonte: [http://www.123people.es/ext/frm?ti=personensuche%20telefonbuch&search\\_term=cristina%20grela&search\\_country=ES&st=suche%20nach%20personen&target\\_url=aHR0cDovL3d3dy5jaXVhcnV4dWFV](http://www.123people.es/ext/frm?ti=personensuche%20telefonbuch&search_term=cristina%20grela&search_country=ES&st=suche%20nach%20personen&target_url=aHR0cDovL3d3dy5jaXVhcnV4dWFV) – Acesso em 11 Jun. 2012

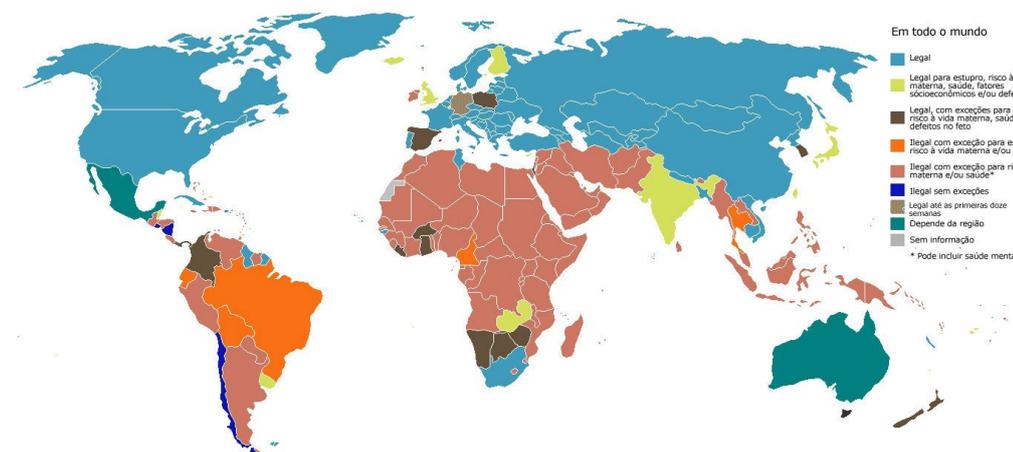
<sup>6</sup> *Catholics for Free Choice* – Grupo CDD – EUA, que deu início ao movimento CDD. Ver <http://www.catholicsforchoice.org/about/international/internationalpartners.asp#Brazil> – Acesso em 11 Jun. 2012.

Em meados da década de 1990, depois que a Rede CDDLA foi composta surgiram outros grupos, como Nicarágua, Paraguai, Panamá, que são grupos novos, assim como ocorreu a consolidação de grupos mais antigos, como a Bolívia.

Os grupos CDD pela América Latina possuem configurações bastante diversas conforme as conjunturas em que seu país de origem. Em alguns são entidades autônomas caracterizadas como grupos de discussão ou movimento feminista ou de mulheres, em outros são organizações não governamentais (como o caso do Brasil), mas as ações e as questões a serem abordadas variam de acordo com o panorama histórico de cada país e com as necessidades de conjuntura que vão surgindo pelo caminho, onde cada grupo e cada país têm especificidades nas demandas do que é necessário ou do que é importante levantar como questão de ordem em determinados momentos, dependendo do país o enfoque é diferente, as ações são focais.

Na América Latina, considerando proporcionalmente a ocupação do território brasileiro, de cada 1000 mulheres em idade reprodutiva - de 15 a 44 anos, 30 ou mais cometem abortos induzidos, ilegais, e sem condições de higiene para serem efetuados, por elas próprias ou por terceiros. Vinculando essas estimativas diretamente as taxas de mortalidade materna, ocorrem 100 ou mais mortes a cada 100.000 nascimentos. Na tabela abaixo pode-se observar um quadro referente à situação do aborto no continente latino americano<sup>7</sup>:

Figura 1: Mapa sobre a legislação do aborto no mundo.



<sup>7</sup> Ibidem.

**LEGENDA:**

??	Legal
??	Legal, em caso de estupro, riscos à saúde da mãe (físicos ou psíquicos), indicação social ou deficiência irreversível do feto.
??	Illegal com exceções em caso de estupro, risco de morte da mãe ou deficiência irreversível do feto.
??	Illegal com exceções em caso de estupro e risco de morte da mãe.
??	Illegal com exceção em caso de risco de morte da mãe.
??	Illegal sem exceções.
??	De acordo com distinções religiosas.
??	Sem informações.

Fonte: <http://marcus-mayer.com/blog/tag/legislacao/> - Acesso em 18 Mai.2012.

Esse quadro mundial demonstra que esses casos são constantes nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, situados nos continentes americano (especificamente na América do sul e central), africano e asiático, onde por outro lado observa-se que nos continentes do hemisfério norte (Europa, América do Norte) com a legalidade dessa prática, as taxas de interrupção voluntárias da gestação são menores e encontram-se sob controle do Estado, como questão de saúde pública.

Na América Latina, em regiões na qual o aborto continua proibido na grande maioria dos países, estima-se que morram por ano, cerca de 4 milhões de mulheres em função de complicações causadas pós-aborto como já foi dito anteriormente. Por tratar-se de prática não autorizada pela lei, mulheres recorrem a clínicas clandestinas, em condições inadequadas. Especialistas estimam que ocorram, anualmente, um milhão de casos de interrupção de gravidez, no Brasil<sup>8</sup>.

Para estabelecer um comparativo dentre o quadro nacional e o internacional, o relatório estatístico publicado pelo Ministério da Saúde, Sistema Único de Saúde/SUS, através da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS/2006, apresenta dados que reafirmam a posição do aborto como uma das

<sup>8</sup>OMS, *Unsafe abortion: Global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2003*, edição 2007. Informações disponíveis em: <<http://marcusmayer.com/blog/2007/04/25/ponto-de-vista/>> - Acesso em 18 Mai. 2012.



principais *causa-mortis* entre mulheres em idade reprodutiva, tanto no meio rural quanto nos grandes centros urbanos, em diversos grupos sociais (BRASIL. Ministério da Saúde/DataSUS/SIM, 2001)<sup>9</sup>. De acordo como o Ministério da Saúde, o aborto é a 4ª causa de morte de mulheres no país e a curetagem (coleta de restos de tecidos do útero) é o segundo procedimento obstétrico mais praticado nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), superado apenas pelos partos, como por exemplo, em estatísticas mais recentes, do ano de 2004, cerca de 244 mil mulheres foram atendidas para fazer curetagem ou tratar infecções pós-aborto no SUS (BRASIL. Ministério da Saúde/DataSUS/SIM, 2001).

Esses dados sugerem que embora o aborto seja permitido no Brasil apenas em algumas circunstâncias, as mulheres praticam o aborto e sofrem as conseqüências em sua saúde física e mental por esses procedimentos, ou seja, embora ilegal é uma prática recorrente e os resultados mal sucedidos acabam sendo tratados no SUS. Levando em conta a análise dos resultados provindos desta pesquisa, o impacto de um aborto provocado/ induzido e inseguro na saúde da mulher, pode ser considerado, primordialmente, um direito das mulheres, através das lutas travadas pelo movimento de mulheres, e uma questão de saúde pública, englobado à discussão em torno dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil (BRASIL. Ministério da Saúde/DataSUS/SIM, 2001).

Os princípios dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de mulheres e homens, adultas(os) e adolescentes, se constituem de direitos primordialmente humanos, tendo como um dos requisitos fundamentais para a efetivação desses direitos a escolha livre e informada, a possibilidade do sexo seguro e sem violência, cabendo ao poder público oferecer informações e acesso a um leque de métodos e técnicas tanto para a concepção quanto para a anticoncepção, permitindo às pessoas regularem a sua fecundidade, sem colocarem em risco a sua saúde.

O aborto no contexto dos direitos sexuais e direitos reprodutivos é considerado pelas *feministas como último recurso diante de uma gravidez indesejada*: [grifo meu] por isso a importância dada à educação sexual, à orientação médica, ao acesso aos métodos contraceptivos tanto para homens quanto para mulheres na perspectiva de evitá-lo. Porém é também considerado como um direito: poder realizar a interrupção voluntária da gravidez em condições humanas e seguras sem comprometer a saúde das mulheres. *É uma questão de cidadania e de justiça social, uma vez que a autonomia das mulheres para decidir diante*

---

<sup>9</sup> BRASIL. Ministério da Saúde/DataSUS/SIM, 2001. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio\\_final\\_pnds2006.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf)>. Acesso em 30 Mai. 2012. Foi realizado um inquérito domiciliar nacional, com aproximadamente 15.000 mulheres de 15 a 49 anos de idade e aproximadamente 5.000 crianças menores de 5 anos, representativo das cinco macrorregiões e dos contextos urbano e rural.



*de uma gravidez indesejada deve ser respeitada, merecendo, igualmente, ser uma possibilidade aberta a todas as mulheres, mediante o acesso efetivo a esse serviço de saúde [grifo meu] (ALDANA, 2008, p.640).*

Destacar esses trechos significa mostrar que, quando se fala em legalização do aborto, não se fala em utilizá-lo como prática contraceptiva, muito pelo contrário, sua prática é uma alternativa a ser recorrida como último recurso, e portanto necessita fazer parte da estrutura de um programa de saúde pública que envolva instruções de planejamento familiar, educação sexual, informação sobre práticas contraceptivas, entre tantos outros fatores, para que as pessoas possam se prevenir adequadamente para evitar a gravidez indesejada.

A discussão de saúde reprodutiva é fundamental para que possamos visualizar todo um contexto atual de gestão da saúde e do corpo. Está implícito nesta última condição o direito de homens e mulheres de serem informados e de terem acesso a métodos eficientes, seguros, aceitáveis e financeiramente compatíveis ao planejamento familiar. Está incluído ainda, neste conceito, o direito ao acesso direto a serviços apropriados de saúde que propiciem às mulheres as condições de passar com segurança pela gestação e pelo parto, com assistência a gravidez, parto e pós-parto e atenção imediata ao recém-nascido, proporcionando reais possibilidades de um desenvolvimento sadio.

Logo, o conceito de saúde reprodutiva é definido como um conjunto de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e bem estar prevenindo e resolvendo os problemas de saúde reprodutiva. Isto inclui igualmente a saúde sexual cuja finalidade é a melhoria da qualidade de vida e das relações pessoais, e não mero aconselhamento e assistência relativos à reprodução e às doenças sexualmente transmissíveis<sup>10</sup>, no entanto, sabe-se que o acesso a recursos de contracepção, como serviços e insumos educativos e de saúde, é limitado.

No decorrer das décadas de 1980 e 1990 houve uma série de ações desencadeadas por um aprofundamento nos debates relacionados à gestão da população, à saúde mundial, ao desenvolvimento social, ao meio ambiente, à estrutura demográfica, à distribuição populacional e às migrações, mas principalmente nos casos que interessam a este trabalho: políticas populacionais para a defesa das premissas de

---

<sup>10</sup> Sobre as definições de direito sexual e reprodutivo e saúde reprodutiva ver: <[http://200.189.113.52/vigiepi/boletim/primavera/saude\\_reprodutiva.htm](http://200.189.113.52/vigiepi/boletim/primavera/saude_reprodutiva.htm)>. Acesso em 30 Mar 2009, e AQUINO, Estela M. L. et al. Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva: a constituição de um novo campo na Saúde Coletiva. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2003000800001&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800001&Ing=en&nrm=iso)>. Acesso em 30 Mai. 2012. doi: 10.1590/S0102-311X2003000800001.



direitos humanos, bem-estar social e igualdade de gênero, maternidade segura, planejamento familiar, e conceituação específica para as questões da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros pontos inerentes às preocupações que surgiam naquele contexto histórico.

A análise de Elza Berquó (1998, p.25-35) das pautas de discussão que nortearam e caracterizaram as várias Conferências Internacionais sobre População e Desenvolvimento – CIPD - anteriores à realizada na cidade do Cairo, Egito, centradas, segundo ela, basicamente na questão do controle da natalidade ou planejamento familiar reforçam ainda mais a importância desse evento em escalas mundiais, pois seriam reativadas as controvérsias históricas do debate populacional. A respeito de negociações tensas e difíceis, os 179 países participantes adotaram por consenso um programa global de ação a ser implementado nos vinte anos subsequentes. O consenso do Cairo tem sido interpretado por vários autores como um ponto de inflexão na longa trajetória do debate populacional, onde a saúde reprodutiva e sexual e os direitos da mulher tornaram-se o elemento central de um acordo internacional sobre as temáticas relacionadas à população e ao desenvolvimento (ALVES, 2003, p. 129-156).

O documento do Cairo reflete com bastante clareza a agenda de prioridades que as mulheres de todo o mundo, através de suas redes de lideranças, foram construindo durante os anos de preparação da Conferência. São elas que reorientam o eixo da questão populacional, ao colocarem a regulação da fecundidade no plano dos direitos individuais. Como consequência, o planejamento familiar, *stritu sensu*, perde status, e surge no Cairo a *consagração dos direitos reprodutivo* [grifo meu] (BERQUÓ, 1998, p. 26).

O conceito de saúde reprodutiva conforme definição estabelecida na Conferência do Cairo e utilizado como parâmetro até hoje, por ir além dos parâmetros biomédicos, aproveitando para incluir fatores sócio-culturais e econômicos, foi construído da seguinte maneira:

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não de mera ausência de doença ou enfermidade, em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo, suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo. Está implícito nesta última condição o direito de homens e mulheres de serem informados e de terem acesso aos métodos eficientes, seguros, aceitáveis e financeiramente compatíveis de planejamento familiar, assim como a outros métodos de regulação da fecundidade a sua escolha e que não contrariem a lei, bem como o direito de acesso a serviços apropriados de



saúde que propiciem às mulheres as condições de passar com segurança pela gestação e parto, proporcionando aos casais uma chance melhor de ter um filho sadio. Em conformidade com a definição acima de saúde reprodutiva, a assistência à saúde reprodutiva é definida como a constelação de método, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo os problemas de saúde reprodutiva. Isto inclui igualmente a saúde sexual, cuja finalidade é a melhoria da qualidade de vida e das relações pessoais e não o mero aconselhamento e assistência relativos à reprodução e às doenças sexualmente transmissíveis<sup>11</sup>.

O impacto dessa mudança conceitual em termos de saúde reprodutiva, levando em conta um conjunto de fatores que não só o biológico, para a questão dos movimentos de legalização do aborto foi fundamental para que as articulações desses movimentos fortalecessem sua argumentação frente às lutas pelo direito ao aborto.

### **Religião, discurso, biopolítica e poder simbólico: apropriações teórico-metodológicas.**

Partindo da proposta teórica e metodológica de analisar a relação entre o gênero e o campo religioso na sociedade brasileira, pretendo articular conceitos e noções teórico-metodológicas de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, com o intuito de pensar historicamente o objeto deste artigo relacionado intimamente às relações de poder, às relações de gênero e à perspectiva foucaultiana de emergência discursiva.

O objeto de análise a ser problematizado se trata da organização não-governamental de caráter feminista fundada no Brasil em 1993, as Católicas pelo Direito de Decidir/ CDD-Br, e suas relações com a Igreja Católica no cenário brasileiro no que diz respeito à temática do aborto e questões relacionadas aos direitos das mulheres, tanto sexuais e reprodutivos, quanto civis, compreendidos sob o prisma dos direitos humanos. As particularidades ou afinidades que levaram a formação deste grupo foram brevemente contempladas na discussão inicial deste texto. Contudo, as especificidades que compõem as relações entre essas duas organizações e que possibilitaram a emergência do grupo CDD como uma voz dissonante da oficialidade católica, são questões que perpassarão este artigo nas reflexões teóricas.

---

<sup>11</sup> HERA, *Direitos sexuais e reprodutivos e saúde das mulheres: idéias para ação*, 1999. HERA – Health, Empowerment, Rights & Accountability. Disponível em: [http://www.iwhc.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3565&Itemid=824](http://www.iwhc.org/index.php?option=com_content&task=view&id=3565&Itemid=824) - Acesso em 12 Mai. 2012.



A ideia de “emergência discursiva” proposta por alguns estudiosos com base na obra de Michel Foucault pode ser interpretada através de um exercício metafórico onde a “emergência” em si pode ser interpretada como um artefato que, ao passar muito tempo ao fundo do oceano, emerge a superfície por fatores de causa aparentemente desconhecida. Assim como determinadas fissuras oceânicas em intensa atividade, que não são visíveis aos olhos humanos, observadores situados na superfície, e que devem ser investigados mais a fundo. O fato de não serem vistos inicialmente não significa que esses fenômenos não existem e/ou que não podem ser estudados. Creio que a noção de “emergência” no âmbito dos discursos e dos estudos culturais também pode ser pensada dessa forma.

Neste exercício de vincular a pesquisa histórica de forma teórica e metodológica, buscarei dialogar com estes autores na proposta refletir sobre o objeto em questão, de que forma a noção emergência discursiva que possibilitou tal incursão do grupo CDD-Br, no que Pierre Bourdieu denomina *campo religioso*, juntamente com a concepção de Michel Foucault sobre *biopoder* e *biopolítica* e suas formas de influencia nas relações humanas.

Primeiramente se faz necessário definir e identificar de que(m) e de qual campo simbólico estamos tratando. Para tal, ressaltar as contribuições dos estudos na esfera da cultura para a teoria pensada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, acerca dos bens simbólicos, práticas e suas composições na vida política, sendo o campo religioso também um campo político. Para tais reflexões, o autor partiu da análise, reformulação e aproximação de teorias de Émile-Durkheim, Lévi-Strauss e Max Weber para pensar em um conceito mais abrangente de cultura:

(...) considerando-a por um lado – e por extensão todos os bens simbólicos, como a arte, o mito, a linguagem, etc. – em sua qualidade de instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo. De outro, tende-se a considerar a cultura e os sistemas simbólicos em geral como um sistema de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente (BOURDIEU, 2007, X).

Segue abaixo a definição do sociólogo acerca do conceito de campo, percebendo-o dentro de relações que contribuem para a manutenção da ordem simbólica:

(...) um espaço - o que eu chamaria de campo - no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo. Colocar logo de saída o que está em jogo nesse jogo seria suprimir as questões que os participantes levantaram aqui porque elas realmente se colocam na realidade, no espaço dos médicos, dos



psicanalistas, dos assistentes sociais, etc. E levar a sério essas questões, em vez de considerá-las resolvidas, significa recusar as definições anteriores do jogo e do que está em jogo; significa, por exemplo, operar uma mudança absolutamente radical em relação a Max Weber, afirmando que o campo religioso é um espaço no qual agentes que é preciso definir (padre, profeta, feiticeiro, etc.) lutam pela imposição legítima não só do religioso, mas também das diferentes maneiras de desempenhar o papel religioso. (...) todo campo religioso é o lugar de uma luta pela definição, isto é, a delimitação das competências, competência no sentido jurídico do termo, vale dizer, como delimitação de uma alçada (BOURDIEU, p.119-120).

A religião não deve ser considerada apenas como elemento simbólico, ou como aparelho ideológico ou reflexo (ou resultado) de ações sociais, mas sim de forma relacional, pois se trata de algo fruto de relações humanas, tal qual propõe Bourdieu. Nesse sentido, a sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo onde a religião ocupa um lugar destacado nessa construção, como fundamento, elemento e princípio dessa sociedade (BERGER, 1985). Apesar de a teoria durkheimiana considerar a sociologia da religião como uma extensão da sociologia do conhecimento, afirmando a existência de elementos fundamentais, que seriam essenciais a todas as sociedades humanas, onde a religião seria um elemento primeiro, uma fase social inicial, Bourdieu busca questionar esta análise propondo outras perspectivas, onde o campo religioso é um campo multifacetado e não seria cabível de enquadramento em sistemas de classificação, uma vez que estes implicam na instituição de relações hierárquicas que de uma forma ou de outra, estão presentes nas relações humanas. De acordo com Sergio Miceli, em “A força do sentido”, na introdução do livro “A Economia das trocas simbólicas” (2007, X):

Bourdieu privilegia as funções sociais cumpridas pelos sistemas simbólicos, as quais tendem, no limite, a se transformarem em funções políticas na medida em que a função lógica de ordenação do mundo subordina-se às funções socialmente diferenciadas de diferenciação social e de legitimação das diferenças.

Fundamental para a compreensão da noção de campo religioso é vislumbrar os sistemas de pensamento que levam à ordenação do mundo social e conseqüentemente, do campo político-religioso. Bourdieu reformula as proposições de Durkheim em relação às funções políticas do campo religioso:

“a respeito das ‘funções sociais’ que a religião cumpre em favor do ‘corpo social’ como um todo em termos da questão das funções políticas que a



religião cumpre em favor das diferentes classes sociais de uma determinada formação social, em virtude de sua eficácia propriamente simbólica” (BOURDIEU, 2007, p.33).

Para Bourdieu, o surgimento de “grandes religiões universais” só foi possível devido ao surgimento, crescimento e desenvolvimento das cidades, ou seja, de um fluxo migratório que colocou em posições opostas a vida rural e o trabalho sazonal no campo e a vida urbana, as relações comerciais e o surgimento da classe burguesa, favorecendo a “moralização” e “racionalização” das necessidades religiosas, transformando e permitindo outras faces ao campo religioso frente uma urgência econômica entre as classes sociais menos favorecidas do ponto de vista econômico, “e por isto predisposta a ocupar uma posição dominada nas relações de forças e matérias simbólicas” (2007, p.45).

Com o desenvolvimento da burguesia urbana levada a interpretar a história e a existência humana muito mais como produto do mérito ou demérito da pessoa e não tanto como o efeito da riqueza ou do destino, a religiosidade reveste-se de um caráter intensamente pessoal muitas vezes considerado parte integrante da essência de qualquer experiência religiosa (BOURDIEU, 2007, p.49).

Ou seja, as novas relações de classe em formação influenciam diretamente na dinâmica e na estrutura do campo, assim como na divisão do trabalho religioso e na distância econômica, social e cultural entre os grupos sociais, em relações de *religiosidade dominante* e *religiosidade dominada*, ou seja, implicam em relações assimétricas de dominação. Isto implica também na configuração de um corpo de especialistas socialmente reconhecidos que possuem legitimidade para fazer uma gestão monopolizada dos bens de salvação, inserindo a religião em uma relação que podemos interpretar como mercadológica, onde aqueles que são destituídos de *capital religioso* (enquanto trabalho simbólico acumulado) são considerados *leigos* ou, na lógica religiosa, situados no espaço profano. As relações entre o capital religioso acumulado e o “aparelho religioso” produzem bens e produtos para o consumo religioso.

Em uma leitura mais atenta à teoria weberiana acerca da religião, deve-se levar em conta determinados conceitos-chave tipificados pelo autor para que essa rede de relações sociais venha a se tornar inteligível. Em “Ensaio de Sociologia”, capítulos XI e XII, Max Weber se propõe a pensar acerca do que ele denomina “Psicologia social das religiões mundiais”. Nesta reflexão, Weber trata de conceitos como *ética* – impulso prático da ação de um grupo que leva a determinada conduta de vida e se situa em três esferas: política ou orgânica, econômica e social; *influência* ou *interrelação* – centrais para pensar um contexto social e religioso juntamente a noção de *afinidade eletiva* conforme proposta



pelo autor; *hierocracia* – para ser considerada religião, é necessário a composição de um “corpo de especialistas”, onde aqueles que detém o poder sobre o sagrado possuem a função de distribuir a “graça divina”; *relações de poder* – para observar e analisar disputas, tensões e embates no interior da dinâmica da religião.

Em direção diametralmente oposta a Durkheim, Weber não propõe a essencialização do fenômeno religioso, mas pretende buscar o mecanismo por trás de tal fenômeno social e quais as dinâmicas compõe seus movimentos, seus ocultamentos, reapropriações e seus ressurgimentos em novas roupagens. Além disso, procura compreender também o fenômeno da *secularização*, bem como os processos de laicização do Estado e de que forma suas interferências atuaram e atuam nos sistemas religiosos. O processo de secularização propõe uma dinamicidade vinculada diretamente à comunidade e seu poder de decisão. As reflexões de Durkheim e Weber, são indispensáveis para a compreensão da estruturação das teorias sociológicas e do pensamento de Bourdieu acerca do campo religioso, seja para refutar determinada argumentação e/ou desenvolver outros caminhos e possibilidades de raciocínio em torno do elemento religioso na sociedade.

A partir da obra de Foucault podemos afirmar que em sua produção é possível identificar vários momentos diferenciados, perceptíveis no decorrer da extensa carreira acadêmica do filósofo. Ao fim desta o autor passou a se preocupar com questões relacionadas à forma de governar, ou, a governamentalidade, principalmente aos estudos do que ele denominou de biopoder e biopolítica. A biopolítica pode ser entendida como o cálculo do poder sobre a vida, forma de governar que administra, regulamenta, gesta e gerencia a população através do mecanismo do biopoder, compreendido como o impacto e aplicação do poder político á todos os aspectos da vida humana. De acordo com Judith Revel, esses poderes representam uma dimensão inédita: a emergência de novos saberes (o saber da polícia, da instituição penal, da psiquiatria, etc.) A partir do século XIX, a vida se torna ao mesmo tempo o objeto e aquilo que é posto em jogo nas relações de poder: na genealogia – econômica, demográfica, política – do novo modo de governar os seres humanos que ele empreende. Foucault insiste sobre o modo no qual a vida acaba sendo investida nos seus aspectos mais íntimos e tênues, para que se torne possível a maximização da produção (e a minimização dos custos desta) – ou seja, o modo no qual a sexualidade e a alimentação, a demografia e a saúde, por exemplo, se tornam um dia objetos de políticas públicas. Sobre Foucault e sua reflexão sobre a biopolítica, Revel continua:



Por fim, nos anos oitenta – e justamente após ter oferecido uma descrição ramificada e fina, quase totalizante, do poder – Foucault parece inverter a definição dos biopoderes (poderes sobre a vida) num espaço de resistência possível: lá onde a vida está presa aos procedimentos de gestão e de controle, de exploração e de captação, ela pode, não obstante tudo, afirmar aquilo que um poder nunca conseguirá possuir: uma potência de criação própria (2008, p.9).

Em seus últimos cursos no Collège de France, Foucault analisou essas questões a partir das sociedades medieval e moderna na Europa, mas o fez de forma que permite nos dias de hoje, fazer, com os devidos cuidados, apropriações teóricas para a análise dos mais variados objetos de estudo, ampliando também os métodos de pesquisa principalmente no que tange à pesquisa histórica. Foucault busca não utilizar conceitos fechados em si mesmos – poder e biopolítica, mas noções que dêem conta da multiplicidade do objeto em uma perspectiva relacional de interação mútua.

Na sociedade de segurança, a população<sup>12</sup> tem o poder de se “auto-gestionar”, tomar decisões e se “auto-regular”, ou seja, fazer escolhas. Tais escolhas são parcialmente autônomas, pois quem mensura esses parâmetros e poderes continua sendo o Estado, que passando pelo longo processo de disciplinarização dos corpos chega ao estado de regulação destes mesmos corpos/sujeitos.

A análise do que podemos chamar de *mecanismos de poder*, como a biopolítica ou o próprio biopoder não estão ligados apenas à soberania de um Estado, inicialmente através do território, como também no cotidiano, sob a figura do povo. A soberania se exerce nos limites de um território, assim como a disciplina se exerce sobre os corpos dos indivíduos e a segurança se exerce sobre o conjunto da população. Nesses termos, Foucault destaca a emergência de *tecnologias de segurança* no interior de mecanismos de controle social, onde a arte de governar é um jogo duplo. Foucault traz como contribuição para a História outras perspectivas de pensamento e análise através de procedimentos como o método “arqueológico” ou o método “genealógico”<sup>13</sup>, que conjugam o estudo da constituição de sujeitos e subjetividades através da desconstrução e desnaturalização do objeto, propondo um novo olhar para as ciências humanas.

Um dos conceitos-chave para compreender esse processo trata do discurso. Foucault propõe a reflexão sobre questões desafiadoras como o conceito de “verdade” e

---

<sup>12</sup> Entende-se o termo “povo” de forma distinta do termo “população”. Na perspectiva foucaultiana, o “povo” estaria situado na *sociedade penal*, séc. XII a XV – inserida na lógica do que seria “proibido x permitido” através da vontade divina; e *sociedade disciplinar*, séc. XVI e XVII – relações entre punição, correção e prevenção, norma e normatização, até o séc. XVIII. Já a “população” estaria localizada na *sociedade de segurança*, séc. XVIII e XIX – pautadas por elaboração e análise de taxas e estatísticas em uma lógica de organização e prevenção.

<sup>13</sup> O método genealógico é uma forma horizontalizada de analisar a sociedade e complexificá-la, buscando suas especificidades.



a relação entre “poder-saber”. Segundo ele, o poder não é necessariamente repressivo, uma vez que incita, induz, seduz, torna mais fácil ou mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável. Além disso, o poder é exercido ou praticado em vez de possuído e, assim, circula passando através de toda força a ele relacionada. Analisando essas questões, suscitadas pelo autor, surgem indagações como: o poder do discurso apresenta-se “mascarado”? O discurso é um elemento do poder? Em todas as sociedades a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada, perpetuada e redistribuída conjugando poderes e perigos (FOUCAULT, 2001).

Os indivíduos vão absorvendo, reproduzindo e tomando para si valores e noções através de múltiplos discursos proferidos e entendidos como legítimos pelas famílias, pelas instituições, pelo Estado, ou seja, por sistemas<sup>14</sup> compostos tanto de forma concreta quanto de forma simbólica. Assim, esses discursos pretendem estabelecer aos homens e às mulheres os atributos de gênero que geram expectativas sobre como ambos devem desempenhar seus papéis na sociedade. O discurso que prevalece é do indivíduo que detém o poder, ou seja, também o saber. Assim, como diz Foucault, cada sociedade tem sua “política geral da verdade.” Os discursos políticos, educacionais, e até mesmo religiosos, não podem ser dissociados dessa prática que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos. Nesse caso, os discursos estão situados em uma posição que permite a autoridade de “quem fala”, de quem profere o discurso e que, por tal, detém o poder.

Pensando acerca do discurso, não há como desvinculá-lo do conceito de poder simbólico, utilizado por Pierre Bourdieu. Com o termo *poder simbólico*, Bourdieu trata das maneiras sutis e menos perceptíveis de poderes. O poder explícito tornava-se um poder simbólico, revestido de objetividade e de imparcialidade. Na revelação ou no ocultamento de sentidos, o discurso registra silêncios e propõe espaços em branco, leques de argumentações e “estratégias de convencimento”. Era um poder o qual corria não no que estava escrito, mas sim nesses ocultamentos:

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 2007, p.14)

---

<sup>14</sup> Cabe salientar que, neste ensaio entende-se por “sistema” algo configurado pela disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, que formam estrutura organizada e dotada de sentidos, ou, em apropriação à perspectiva biológica, como um conjunto de órgãos interligados, que funcionam com um propósito comum, e produzem resultados impossíveis de se obterem pela atividade de apenas um deles isoladamente.



E, mais que isso, os discursos sofrem diversas influências e mediações que os distanciam do fato e, por essa razão, só poderemos compreender plenamente esses discursos se percebermos que eles são construídos no espaço e no tempo, através de engendramentos de sentido que se transformam espacial e temporalmente:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “*illocutionary force*” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 2007, P.14-15)

Considerando que, aquele que detém o discurso está investido de um saber/poder que pode ser convertido em verdade(s), de uma maneira ou de outra, ele exerce o poder simbólico. Assim, o campo da História incorporou para si mais uma possibilidade de análise: o poder do discurso. Podemos perceber, portanto, que há construção em torno da autoridade dos discursos, é o poder inserido na “fala autorizada” que os legitima.

O ponto central deste trabalho é pensar as relações entre religião e sociedade através de influências mútuas, como uma “via de mão dupla”: influenciam e compõem a sociedade à mesma proporção em que são influenciadas e compostas por elas. Não há ação de um sobre o outro e sim uma interrelação que ocorre de forma dinâmica entre ambos. É essa relação dinâmica que compõe o movimento histórico, que pode ser percebido e analisado através de chaves de tensão. A religião sofre de dinâmica na esfera social e é permeada por uma ética moral. A sociedade humana é um projeto de construção do mundo em que os sujeitos assumem sua condição e fazem parte dela, ou seja, nesse sentido, há uma apropriação da realidade pelos sujeitos onde o fator religioso se faz presente (BERGER, 1985).

Nesta reflexão há a intenção de, através das contribuições sociológicas e filosóficas, travar um diálogo entre os múltiplos campos de conhecimento que constituem as ciências humanas, dentre elas a História. Entretanto, por se tratar de uma breve



discussão introdutória sobre essa temática, é fundamental o aprofundamento nas reflexões conceituais propostas pelos autores citados e pelas temáticas em questão.

### **Desconstruindo certezas: CDDLA e o campo religioso**

#### **Alguns pontos finais de reflexão**

Um dos objetivos maiores deste artigo foi de apreender um embate conceitual e discursivo nas fontes a partir das apropriações discursivas feitas pelos dois objetos da análise: católicas feministas da organização “CDD” e as manifestações da oficialidade católica. Há uma pluralidade de discursos visível em diversas esferas (médica, jurídica, do Estado, midiática, da religião), institucionais ou não, na forma da oficialidade ou do dissenso. Separar e situar movimento feminista e movimento de mulheres, que são categorias que se configuram diferentemente também foi um dos pontos a ser repensados para a proposta comunicação a que se referirá esta reflexão.

Em articulação com os publicações institucionais do grupo CDD-Br e CDDLA, dados do Ministério da Saúde, artigos acadêmicos, e nas entrelinhas, com depoimentos orais/entrevistas<sup>15</sup> de algumas mulheres que compõe o grupo, é possível articular teoricamente as discussões acadêmicas as mais teóricas possível juntamente com os focos de discussão e luta os movimentos e organizações sociais que se engajam politicamente pelas questões da sexualidade e dos direitos da mulher, mesmo em um campo de ação denso e complexo como o campo religioso da oficialidade católica.

Neste ponto é indispensável focar o envolvimento e atuação de diversos movimentos sociais como o movimento feminista e de mulheres, e dos movimentos pela saúde e direitos reprodutivos e sexuais, que trabalharam estimulando a reorganização e atualização dos argumentos favoráveis ao aborto legal. Ambos os atores têm angariado apoios e constituído parcerias. Algumas dessas parcerias são mais freqüentes: no caso do movimento feminista, com outros segmentos do movimento de mulheres e com a Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia; e no que se refere à Igreja Católica, com outras religiões, sobretudo as denominações evangélicas. Segundo Maria Isabel Baltar da Rocha,

---

<sup>15</sup> Para traçar esta reflexão e trazer algumas informações, foram utilizadas como fontes secundárias que perpassam e matizam o tom deste trabalho de forma transversal, depoimentos de três integrantes da coordenação de CDD-Br, na cidade de São Paulo, no período de maio e junho de 2012. São elas: Yury Puello Orozco, Rosângela Aparecida Talib e Regina Soares Jurkewics.



Por fim, no âmbito da sociedade civil, pode-se destacar, nesse amplo período de 1989 a 2006, o maior envolvimento público dos atores políticos e sociais historicamente comprometidos com o tema – o movimento feminista e a Igreja Católica –, sua ampliação com outros atores, o exercício de novas formas de atuação, a preocupação com seus respectivos discursos e a utilização da mídia como um instrumento político. Houve, sem dúvida, uma grande intensificação do debate. A questão do aborto é pauta do movimento feminista, integrada no seu temário sobre os direitos das mulheres. Nesse sentido, tem sido objeto de atuação no campo da mudança de mentalidade, da modificação da legislação e da aplicação das políticas públicas, além do trabalho com a imprensa. A questão do aborto é também pauta da Igreja Católica, como parte de sua agenda voltada para a religião e família. Sua postura na discussão política tem sido sobretudo reativa, posicionando-se contrária às iniciativas lideradas pelo movimento feminista ou em consonância com este – referentes ao aborto como um direito – e utilizando sua abrangente estrutura para divulgar idéias e exercer pressões. São diferentes visões de mundo, de relações de gênero, de sexualidade e de reprodução [...] (ROCHA, 2006, p.369-374)

Nesse sentido é possível afirmar que a sociedade brasileira tem dado continuidade à permanência de padrões morais rígidos e severos nessa questão, não aceitando a realização do aborto legal – sentimento que acaba por repercutir na legislação brasileira, salvo nos casos autorizados por lei - má formação fetal anencefálica, estupro, risco de morte para a gestante. Assim, os grupos dissonantes, como CDD se amparam em conferências sociais globais<sup>16</sup> sobre gestão da população que propõem uma série de avanços nesse campo, abrindo caminhos para o debate, expondo argumentos e mostrando possíveis caminhos, soluções, contribuições. Além de possibilitar outras perspectivas para os debates populacionais, estabelecendo políticas para as questões de saúde, às questões de gênero, de legalização do aborto e com relação aos direitos sexuais e reprodutivos, se mostram e se afirmam como uma questão de direitos humanos, e, sobretudo, de exercício biopolítico e de desconstrução de paradigmas religiosos na esfera da sexualidade. A especificidade em se trabalhar com esse grupo se caracteriza por sua particularidade, onde a demanda pelo direito a interrupção voluntária da gravidez - aborto - não é mais um discurso protagonizado apenas pelo movimento feminista e de mulheres, como ocorreu por um longo período da história do século XX. Conforme exposto no início deste texto, é importante reiterar que o debate público é composto pela efetiva participação de diversos setores da sociedade civil, profissionais da

---

<sup>16</sup> Ocorreram como desdobramentos das conferências do Cairo e de Pequim, os seguintes eventos relacionados ao aborto: O Direito ao aborto na Assembléia Geral Extraordinária da Onu -- Cairo + 5 (Nova York/1999), O Direito ao aborto na Assembléia Geral Extraordinária da Onu – Pequim + 5 Mulher 2000 e pela Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século 21 (Nova York/2000). Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EA/Dossi%EA%20Aborto%20Inseguro.pdf> – p.28 – 33. Acesso em 30 Mai. 2012.



área jurídica, profissionais de saúde, parlamentares, organizações não governamentais (MORAIS, 1985, p.20), contemplando também (e por quê não?) feministas que professam a fé católica, nesse caso especificamente do objeto contemplado nesta análise, o grupo “Católicas pelo Direito de Decidir” no Brasil e América Latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDANA, Myriam. Vozes Católicas no Congresso Nacional: Aborto, Defesa da Vida. *Revista Estudos Feministas*, Dossiê Aborto, UFSC, Vol. 16, nº 2, p. 640, 2008.

ALVES, J.A.L. (2003). ALVES, José Eustáquio Diniz; CORRÊA, Sônia. *Demografia e Ideologia: Trajetos históricos e os desafios do Cairo + 10*. Campinas, Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 20, n. 2, p. 129-156, jul/dez 2003.

BERGER, Peter (1985). O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo; Paulus.

BERQUÓ, Elza (1998). *O Brasil e as recomendações do Plano de Ação do Cairo*. In: BILAC, Elisabete Dória e ROCHA, Maria Isabel Baltar da. Saúde Sexual e Reprodutiva na América Latina e no Caribe. Temas e Problemas. São Paulo: Editora 34.

BRITES, Francine Magalhães (2009). Bento XVI convida à mobilização dos cristãos: discursos católicos em torno do aborto e do direito à vida . 2009. 108 p. : Monografia (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis.

BOURDIEU, Pierre (2007). Gênese e estrutura do campo religioso. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva.

\_\_\_\_\_ (2007). O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel.

\_\_\_\_\_ (1990). A dissolução do religioso. In: Coisas Ditas. São Paulo, Brasiliense.

FOUCAULT, Michel (2001). A ordem do discurso. 7. ed. São Paulo: Loyola.

\_\_\_\_\_ (2008). Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1978). São Paulo: Martins Fontes.

MORAIS, Maria Lygia Quartim de (1985). Mulheres em Movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina.



NUNES, Maria José; JURKEWICZ, Regina S (2002). "Aborto: um tema em discussão na Igreja Católica. O surgimento de "Católicas pelo Direito de Decidir". In: Aborto legal: implicações éticas e religiosas. São Paulo: CDD.

NUNES Maria José Rosado (1997). *O Tratamento do aborto pela igreja católica*. In: Revista estudos feministas. Editora da UFSC vol 5 nº 2:

REVEL, Judith (2008). Identità, natura, vita: tre decostruzioni biopolitiche. In: GALZIGNA, Mario (org.) Foucault, oggi. Milano, Feltrinelli, pp. 134-149. Trad. portuguesa de Selvino J. Assmann.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (2006). A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. *Revista Brasileira de Estudos da População*. [online].2006, vol.23, n.2, p.369-374. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010230982006000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010230982006000200011&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0102-3098. doi: 10.1590/S0102-30982006000200011. Acesso em 12 Abr. 2009.

WEBER, Max (2002). Psicologia social das religiões mundiais. In: Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC.